



Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

PELO FUTURO DO TRABALHO

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais mil)**

1. CONTEXTO INSTITUCIONAL

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI – é uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos, criado pela Confederação Nacional da Indústria – CNI, consoante ao Decreto - lei nº 4.048 de 22 de janeiro de 1942, regulamentada pelo Decreto nº 494, de 10 de janeiro de 1962, alterado pelo Decreto nº 6.635, de 05 de novembro de 2008, tem por escopo:

- a) Realizar aprendizagem industrial em escolas instaladas e mantidas pela instituição ou sob a forma de cooperação;
- b) Assistir as empresas na elaboração e execução dos programas gerais de treinamento do pessoal dos diversos níveis de qualificação, e na realização de aprendizagem metódica ministrada no próprio emprego;
- c) Proporcionar aos trabalhadores maiores de 18 anos, a oportunidade de completar em curso de curta duração, a formação profissional parcialmente adquirida no local de trabalho;
- d) Conceder bolsa de estudo e de aperfeiçoamento a pessoal de direção e a empregados de empresa contribuintes, bem como a professores, instrutores, administradores e servidores do próprio SENAI;
- e) Cooperar no desenvolvimento de pesquisas tecnológicas de interesse para a indústria e atividades assemelhadas;
- f) Funcionar como órgão consultivo do Governo Federal em assuntos relacionados com a formação de trabalhadores da indústria e atividades assemelhadas.

O SENAI Departamento Regional do Ceará, matriz, está localizado na Av. Barão de Studart, 1980, 2º Andar, Fortaleza, Ceará.

A entidade tem como principais fontes de receita, as contribuições compulsórias, previstas nos Artigos 4º e 6º do Decreto-Lei nº 4.048 de 22 de Janeiro de 1942, recolhidas mensalmente pelas empresas enquadradas no segmento industrial. A Arrecadação dessas contribuições ocorre de forma direta, quando o industrial recolhe diretamente ao Departamento Regional, ou de forma indireta, através da guia de recolhimento da Contribuição Previdenciária ou guia do E-Social, paga à Receita Federal.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), especificamente aquelas aplicáveis às Entidades regidas pela Lei 4.320/64 e Normas Contábeis aplicadas ao Setor Público (NBCs TSP), e consonância com a Lei 11.638/07, bem como atendendo a padronização do Plano de Contas e Manual de padronização do Sistema Indústria.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais mil)**

As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

2.1 Base de preparação

Declaração de conformidade

De acordo com o que dispõe o artigo 35 e 36, do Regimento do SENAI, aprovado pelo Decreto 494, de 10 de janeiro de 1962, atualizado pelo Decreto nº 6.635, de 08 de novembro de 2008, o processo de prestação de contas do Departamento Regional do SENAI será examinado pela Comissão de Contas do Conselho Regional que se manifestará através de parecer e posteriormente, será apreciada e votada pelo plenário do Conselho Regional em reunião específica, obedecendo os prazos regimentais.

A Administração da “Entidade” autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis em 27 de março de 2020.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto determinados instrumentos financeiros que foram mensurados pelo seu valor justo.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da entidade exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação de suas políticas contábeis.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a entidade adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes, mas as áreas onde julgamentos e estimativas significativos foram feitos na preparação de tais demonstrações contábeis e seus efeitos referem-se a:

- a) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (Nota nº 4) – Valores estimados com base no levantamento de títulos vencidos a mais de 180 dias, bem como os títulos destes clientes que possuem uma estimativa de perda prospectiva, considerando um possível não recebimento, conforme orienta o CPC 48 – Instrumentos financeiros;
- b) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa – arrecadação direta (Nota nº 5) Valores estimados pelo valor da causa, com base no tipo de risco “provável”;
- c) Determinação das taxas de depreciação do Ativo Imobilizado (Nota nº 2.16);
- d) Provisão para contingências judiciais (Nota nº 16); e
- e) Provisão para participação nos lucros e resultados (Nota nº 2.21).

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais mil)**

No entendimento da Administração da Entidade, os assuntos acima não apresentam risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, bem como os mesmos são revistos periodicamente.

2.3.1 Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e como empréstimos e recebíveis. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e como empréstimos e contas a receber.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

A “Entidade” possui ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável.

b) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A “Entidade” avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” ocorrido) e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais mil)**

c) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como empréstimos e financiamentos e contas a pagar. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

d) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

e) Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais ativas/passivas se aplicável, decorrentes de empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras e contas a pagar a fornecedores, os quais são reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

2.4 Moeda funcional

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da entidade. As informações financeiras estão evidenciadas de forma arredondadas para milhares de Reais, com exceção quando indicado de outra forma.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades do SENAI-CE estão representadas por saldos em caixa, contas bancárias disponíveis e aplicações financeiras com liquidez imediata, em montante sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais mil)****2.6 Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes referem-se aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços, principalmente, na área de educação.

Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da entidade), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

2.7 Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa – PECLD

As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa das contas a receber são constituídas com base nos títulos vencidos acima de 180 dias, conforme preceitua o “CPC SI – Provisão de Devedores Duvidosos de Clientes”, a partir de uma análise individual dos vencimentos dos títulos.

A entidade também considera os títulos a vencer dos clientes inadimplentes na avaliação das provisões para perdas esperadas dado ao seu histórico com a Entidade, e se aplicável é realizada a provisão para *impairment*.

2.8 Adiantamentos

Adiantamentos relacionados à salários, férias, 13º salário, adiantamentos a fornecedores e demais adiantamentos para realização de despesas de pagamento imediato.

2.9 Departamento conta movimento

Representam as operações financeiras entre o SENAI/CE e os Departamentos Nacional e Regionais da mesma Entidade.

2.10 Receitas a receber - Receitas de contribuições

Os valores são reconhecidos pelo regime de competência, provenientes da contribuição compulsória de 1% sobre a folha de pagamento das empresas industriais, recolhida de forma direta através de convênio de arrecadação firmado diretamente com o SENAI-CE, ou indiretamente via GPS ou Guia e-social e repassadas ao SENAI.

2.11 Outras receitas a receber

Correspondem aos valores a receber referente ao Pronatec, recursos estes recebidos pelo Departamento Nacional e depois repassados para o Regional. Tais valores estão estimados com base na execução de serviço realizada pelo SENAI/CE, podendo sofrer variação quando do recebimento.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais mil)**

2.12 Contas correntes ativas e passivas

Valores correspondentes a operações que constituem direitos ou obrigações realizadas junto aos centros de atividades, colaboradores ou terceiros.

2.13 Estoques

Os estoques são compostos de materiais utilizados para consumo, bem como materiais didáticos utilizados nos cursos prestados pela entidade. São mensurados pelo valor de custo médio de aquisição que não supera o valor de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando do seu consumo ou perecimento.

2.14 Despesas antecipadas

Valores pagos pela contratação de licenças, que são apropriados mensalmente nas contas de resultado, observando o período de vigência do contrato.

2.15 Depósitos para recursos judiciais

Depósitos efetuados em contas bancárias por ordem judicial, registrados pelo seu valor original.

2.16 Imobilizado

Os bens imóveis e móveis estão mensurados pelo seu custo de aquisição ou construção.

Todos os bens da Entidade estão registrados pelo seu valor recuperável. Em 2018 a entidade efetuou o *Impairment test*, e no exercício de 2019 a administração avaliou não haver mudanças significativas que justificassem nova aplicação do teste de recuperabilidade.

A Entidade submete-se à Norma Geral de Patrimônio NPSG nº. 2014001 de 07/04/2014 do Sistema FIEC, em consonância também com as Normas Brasileiras de Contabilidade, aplicadas ao setor público, NBC TSP 07.

Em relação à depreciação, os terrenos e os bens cedidos não são depreciáveis. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear a taxas anuais, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada para o exercício corrente.

	Taxa média ponderada anual
Prédios	2%
Mobiliário em geral	10%
Máquinas e equipamentos em geral	10% - 25%
Equipamentos de informática	25%
Veículos	8,33% - 20%

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais mil)**

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.17 Intangível

A entidade registra os gastos com aquisição de software, amortizados pelo método linear, ao longo de sua vida útil estimada, e os gastos associados à manutenção são reconhecidos como despesas quando incorridos.

A entidade não identificou ao final do exercício indícios de redução nos valores de recuperação dos intangíveis, não havendo, portanto, a necessidade de aplicação do *impairment test*.

A vida útil dos bens intangíveis foi revisada, permanecendo o prazo anteriormente adotado, bem como a taxa anual para amortização dos bens intangíveis, conforme segue:

	<u>Taxa média ponderada anual</u>
Softwares	25%

2.18 Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante, reconhecidas inicialmente pelo seu valor justo. Geralmente, são reconhecidas pelo valor da fatura correspondente.

2.19 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante as parcelas vincendas no prazo do exercício social (12 meses), e o restante do saldo devedor é classificado no passivo não circulante. Em 31 de Dezembro de 2019, a instituição mantinha empréstimos apenas com o Departamento Nacional: Fundo de Reserva Financeira e o empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais mil)**

2.20 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada, resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são revisadas mensalmente, e ajustadas quando necessário.

2.21 Benefícios a funcionários

(a) Participação nos lucros e bônus

A Instituição no exercício de 2017, aprovou junto ao Conselho Regional, o programa de participação nos lucros e resultados, com base em estudo feito por empresa de consultoria contratada. Tais participações são devidas, caso sejam atendidos alguns critérios de resultado global das entidades do Sistema FIEC, índice de liquidez compatível por entidade, bem como atingimento de metas de execução de receitas e despesas. Para o exercício de 2019, a entidade não distribuiu participação nos lucros, pois os indicadores não foram atingidos.

(b) Planos de benefícios definidos

Nos planos de benefício definido os valores das pensões que serão recebidas pelos beneficiários encontram-se previamente definidos, calculados individualmente para cada plano, através de utilização de premissas atuariais de mensuração. As contribuições poderão ser ajustadas para garantir o pagamento desses benefícios.

A instituição contribui para o Plano de Previdência Complementar Industrial - PRECIN, que é recolhido mensalmente para a empresa Icatu Fundo Multipatrocinado, administradora do fundo de pensão.

2.22 Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, e atende aos seguintes critérios:

- (a) quando as partes do contrato aprovarem o contrato (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações;
- (b) quando a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos;
- (c) quando a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;
- (d) quando o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato); e

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais mil)**

(e) quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, a entidade deve considerar apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor da contraprestação quando devido. O valor da contraprestação à qual a entidade tem direito pode ser inferior ao preço declarado no contrato se a contraprestação for variável, pois a entidade pode oferecer ao cliente uma redução de preço.

A entidade atende aos critérios definidos pelo normativo, e contabiliza as receitas de acordo com a execução dos serviços prestados.

As receitas orçamentárias são constituídas pelas receitas correntes (da atividade própria) e receitas de capital.

(a) Receitas correntes: compostas pelas receitas de contribuições (arrecadação compulsória direta e indireta); receitas patrimoniais (aluguéis e rendimentos de valores mobiliários); receitas de serviços (serviços de consultoria e educacionais); outras receitas correntes (patrocínios, receitas financeiras e saldo de exercícios anteriores) e transferências correntes (subvenções e auxílios, apoios financeiros e incentivo à produção);

(b) Receitas de capital: receitas relacionadas à alienação de bens, apropriações de recursos financeiros destinados a atender às despesas com investimentos, inversões financeiras e transferências de capital (subvenções e auxílios).

Em relação às despesas, compreendem os gastos realizados pelo SENAI/CE na manutenção de suas atividades, identificadas como despesas correntes e despesas de capital, conforme segue:

(a) Despesas correntes: correspondem aos gastos necessários para manutenção das atividades da entidade. Composta pelas despesas com pessoal e encargos, ocupação e utilidades, transportes e viagens, serviços de terceiros, despesas financeiras, impostos e contribuições, e despesas diversas; e as transferências correntes (transferências regulamentares e auxílios a terceiros);

(b) Despesas de capital: gastos incorridos e provisões classificáveis como investimentos com bens móveis e imóveis, inversões financeiras e transferências de capital (amortização da dívida).

2.23 Instrumentos financeiros

(a) Ativos financeiros: os ativos financeiros da Entidade são mensurados inicialmente pelo valor justo. Os ativos financeiros compreendem caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, receitas a receber e departamento conta movimento. Na data do balanço, os ativos financeiros são avaliados para identificação da recuperabilidade de ativos.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais mil)

(b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros da Entidade compreendem contas a pagar, fornecedores, empréstimos, financiamentos e convênios e acordos. Os passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Após reconhecimento inicial, os empréstimos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Os empréstimos são mensurados inicialmente pelo valor justo, e classificados como passivo circulante e não circulante, de acordo com o período de amortização total da transação.

3. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa	1	-
Banco conta movimento	70	155
Aplicações financeiras	14.639	16.691
Total	<u>14.710</u>	<u>16.846</u>

As aplicações financeiras estão representadas por certificados de depósitos bancários e títulos emitidos e comprometidos pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

4. CONTAS A RECEBER

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Cientes	4.322	3.059
Subtotal	4.322	3.059
(-) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa de clientes	(954)	(695)
Subtotal	(954)	(695)
Total	<u>3.368</u>	<u>2.364</u>

A entidade registra a perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada dos clientes, considerando os títulos vencidos acima de 180 dias, bem como estima também a perda prospectiva dos títulos a vencer destes clientes, conforme orienta o “CPC - SI (Sistema Indústria) - Provisão de Devedores Duvidosos de Clientes”.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais mil)****5. RECEITAS A RECEBER**

	2019	2018
<u>Ativo Circulante</u>		
Arrecadação indireta	1.979	1.983
Apropriação sobre 13º salário - arrecadação indireta	1.365	1.384
Auxílio especial	1.001	1.421
Apropriação sobre 13º salário - auxílio especial	435	-
Convênios arrecadação direta	580	383
Outras receitas a receber - Projetos	1.362	1.242
Subtotal	6.722	6.413
<u>Ativo Não Circulante</u>		
Convênios arrecadação direta	1.467	1.276
Subtotal	1.467	1.276
(-) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa da arrecadação direta	(905)	(907)
Total	7.284	6.782

Os valores correspondentes a perda estimada no recebimento dos valores a receber da arrecadação direta, foram efetuadas de acordo com a probabilidade de êxito da ação definida pela Gerência Jurídica do Sistema FIEC.

6. SISTEMA INDÚSTRIA CONTA MOVIMENTO

<u>Ativo Circulante</u>	2019	2018
Conta Movimento SESI	13	-
Conta Movimento FIEC	606	17
Conta Movimento IEL	10	-
Total	629	17

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais mil)****Passivo Circulante**

Conta Movimento SESI	354	16
Conta Movimento FIEC	313	59
Conta Movimento IEL	81	64
Total	748	139

Estas rubricas referem-se as transações com partes relacionadas, registros esses, das operações de contas correntes entre os Departamentos Regionais e o Departamento Nacional da mesma "Entidade".

7. ESTOQUE

Os materiais em estoque são adquiridos pela entidade para consumo, e materiais didáticos para utilização nos cursos oferecidos pelo SENAI/CE.

	2019	2018
Produtos para consumo e materiais didáticos	1.675	1.342
Total	1.675	1.342

8. IMOBILIZADO

Todos os bens da Entidade estão registrados pelo seu valor recuperável, de acordo com o CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos. A entidade em 2018 efetuou o *impairment test*, e no exercício de 2019 a administração não identificou ao final do exercício indícios de redução nos valores de recuperação dos ativos imobilizados.

Abaixo apresenta-se a posição do imobilizado em 31 de dezembro de 2019, bem como sua movimentação no exercício:

SENAI DR CE	Custo	Depreciação Acumulada	Perda por <i>Impairment</i>	Líquido	
				2019	2018
Terrenos	4.812	-	(39)	4.773	4.773
Imóveis	50.458	(6.175)	(7.204)	37.079	29.099
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10.030	(1.337)	-	8.693	8.893
Veículos	1.995	(1.031)	-	964	1.363
Mobiliário em geral	3.772	(2.374)	(443)	955	907
Máquinas e equipamentos	58.189	(30.740)	(3.953)	23.496	22.615
Equipamentos de informática	7.136	(4.699)	(458)	1.979	599
Total	136.392	(46.356)	(12.097)	77.939	68.249

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais mil)**

Movimentação do imobilizado:

SENAI DR CE	2018	Adições	Baixas	Depreciação	2019
Terrenos	4.773	-	-	-	4.773
Imóveis	29.099	5.136	-	2.844	37.079
Benfeitorias em imóveis de terceiros	8.893	-	-	(200)	8.693
Veículos	1.363	-	-	(399)	964
Mobiliário em geral	907	228	(282)	102	955
Máquinas e equipamentos	22.615	4.454	(600)	(2.973)	23.496
Equipamentos de informática	599	1.610	(520)	290	1.979
Total	68.249	11.428	(1.402)	(336)	77.939

9. INTANGÍVEL

A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

SENAI DR CE	Custo	Depreciação Acumulada	Perda por Impairment	Líquido	
				2019	2018
Direitos de uso de softwares	37	(11)	(1)	25	22
Total	37	(11)	(1)	25	22

Movimentação do intangível:

SENAI DR CE	2018	Adições	Baixas	Depreciação	2019
Direitos de uso de softwares	22	10	0	(7)	25
Total	22	10	0	(7)	25

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais mil)**10. PROCESSOS JUDICIAIS ATIVOS – ATIVO CONTINGENTE**

Conforme Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 25 e Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o ativo contingente não deve ser reconhecido, porém, quando for **“provável”** a entrada de benefícios econômicos, o mesmo deve ser divulgado, conforme item 34 do CPC 25. O SENAI/CE possui processos na condição de autor junto à Justiça Estadual e Justiça Federal, com probabilidade de êxito **“provável”**, cabendo a divulgação desses valores:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Justiça Estadual	1.191	1.237
Justiça Federal	-	139
Justiça Federal (SESI e SENAI)	150	150
Justiça Federal - Contra todas as entidades (valor apenas SENAI)	3.400	3.400
Total	<u>4.741</u>	<u>4.926</u>

11. FORNECEDORES A PAGAR

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fornecedores - Pessoa Jurídica	3.211	2.751
Total	<u>3.211</u>	<u>2.751</u>

12. OBRIGAÇÕES FISCAIS, TRABALHISTAS E SOCIAIS

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Salários e encargos sociais	1.200	2.447
Provisão para férias e encargos sociais	2.175	1.659
IRRF a recolher	387	383
ISS a recolher	31	34
CSLL/PIS/COFINS a recolher	103	66
Total	<u>3.896</u>	<u>4.589</u>

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais mil)****13. CONVÊNIOS – ARRECADAÇÃO DIRETA**

Referente aos valores devidos pelo Departamento Regional ao Departamento Nacional, correspondente às arrecadações recebidas das empresas conveniadas:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Convênios arrecadação direta	1.016	963
Total	<u>1.016</u>	<u>963</u>

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A entidade possui duas linhas de financiamento, uma interna, firmada com o Departamento Nacional, e outra externa com o BNDES. Os recursos captados pelo Departamento Nacional diretamente com o BNDES são repassados aos Departamentos Regionais para fins de desenvolvimento de projetos.

A entidade possui um empréstimo ativo com o Departamento Nacional: fundo de reserva financeira nº 000147. Os recursos são provenientes do fundo de reserva constituído entre os regionais, com base na Resolução SENAI 524/2012, com a finalidade de suprir os departamentos regionais de recursos financeiros para implementação de projetos específicos, alinhados à estratégia do Departamento Nacional. O empréstimo do reequilíbrio de caixa nº 000091, teve sua última prestação quitada no mês de dezembro de 2019.

Os valores dos empréstimos e financiamentos internos compreendem:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<u>Passivo Circulante</u>		
Empréstimo Reequilíbrio de caixa - NR 000091	-	1.070
Empréstimo FRF - NR 000147	3.233	2.843
Subtotal	<u>3.233</u>	<u>3.913</u>

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais mil)****Passivo Não Circulante**

Empréstimo FRF - NR 000147	3.800	7.268
Subtotal	3.800	7.268
Total	7.033	11.181

Em relação aos empréstimo e financiamentos externos:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<u>Passivo Circulante</u>		
BNDES - Aditivo I - Unid. Móvel Confecção	105	105
BNDES - Aditivo II - Empreend. IST	797	797
BNDES - Aditivo III - Unid. Móvel Panificação	107	107
BNDES - Aditivo IV - Empreendimento WCC	225	214
BNDES - Aditivo IV - Empreendimento WDS	123	122
BNDES - Aditivo IV - Empreendimento Certrem	12	12
BNDES - Aditivo IV - Empreendimento AUA	479	475
BNDES - Aditivo V - Empreendimento AABMS	43	42
BNDES - Aditivo V - Empreendimento sobral	21	21
BNDES - Aditivo V - Unid. Móvel Eletroeletrônica	150	150
BNDES - Aditivo V - Unid. Móvel Madeira mobiliária	241	241
Atualização monetária - aditivo I	4	4
Atualização monetária - aditivo II	31	31
Atualização monetária - aditivo III	4	4
Atualização monetária - aditivo IV	33	32
Atualização monetária - aditivo V	18	17
Subtotal	2.393	2.374

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais mil)****Passivo Não Circulante**

BNDES - Aditivo I - Unid. Móvel Confecção	718	822
BNDES - Aditivo II - Empreend. IST	5.975	6.771
BNDES - Aditivo III - Unid. Móvel Panificação	849	955
BNDES - Aditivo IV - Empreendimento WCC	1.877	2.043
BNDES - Aditivo IV - Empreendimento WDS	1.026	1.161
BNDES - Aditivo IV - Empreendimento Certrem	99	110
BNDES - Aditivo IV - Empreendimento AUA	3.988	4.363
BNDES - Aditivo V - Empreendimento AABMS	406	440
BNDES - Aditivo V - Empreendimento sobral	201	221
BNDES - Aditivo V - Unid. Móvel Eletroeletrônica	1.408	1.562
BNDES - Aditivo V - Unid. Móvel Madeira mobiliária	2.265	2.513
Atualização monetária - aditivo I	31	32
Atualização monetária - aditivo II	255	265
Atualização monetária - aditivo III	36	40
Atualização monetária - aditivo IV	298	300
Atualização monetária - aditivo V	182	183
Subtotal	19.614	21.781
Total	22.007	24.155

A entidade procedeu no final do exercício de 2019 com a atualização do saldo devedor do financiamento contratado junto ao BNDES, com base na TJLP de 2,051696, de 31/12/2019, procedendo o ajuste a valor justo da dívida.

15. CONVÊNIOS

Valores correspondentes aos projetos e convênios firmados com o Departamento Nacional e demais entidades, cuja prestações de contas não foram realizadas em sua totalidade, uma vez que as receitas estão sendo apropriadas de acordo com a realização da despesa correspondente e andamento dos projetos.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais mil)**

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<u>Passivo Circulante</u>		
PJ 265409 MODERN. TECN. CASA DA IND.	-	1.804
PJ 266313 IMP. BPM FLUIG PREM. DESEMP.	-	126
PJ 267748 MODERN DOS AMBIENTES EDUC	-	1.366
PJ 279803 SIST GER E MAN PAINES SOLARES	111	-
PJ MOCAMBIQUE JICA	1.938	275
PJ AUX. CONST. TECNOL TEXTIL	866	-
PJ 270430 SISTEMA AUTOMATIZADO IOT	29	-
PJ 307754 INVESTIMENTO EM EDUCACAO SENAI	3.944	-
CONV SENAI/FINEP AG.1369-2 C/C-28469 – 6	2	-
CONVENIO MDIC	227	200
Total	<u>7.117</u>	<u>3.771</u>
<u>Passivo Não Circulante</u>		
PJ 265409 MODERN. TECN. CASA DA IND.	-	173
PJ AUX. CONST. TECNOL TEXTIL	-	866
Total	<u>-</u>	<u>1.039</u>

16. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS

A entidade é parte em diversos processos judiciais. Provisões são constituídas para os riscos tributários, cíveis e trabalhistas referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação do setor Jurídico da instituição. A Administração acredita que essas provisões para riscos processuais estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais mil)****16.1 Composição das provisões**

As provisões estão constituídas com base na avaliação da Gerência Jurídica da instituição, para processos com possibilidade de perda “**provável**”. As principais informações desses processos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, estão assim representadas:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Justiça Trabalhista	1.208	723
Justiça Estadual	14	19
Total	<u>1.222</u>	<u>742</u>

16.2 Passivo Contingente

A entidade é ré em ações de natureza trabalhista, cíveis e tributárias, onde existe uma “**possível**” perda, e tais valores não são provisionados, porém conforme NBC TG 25 (R1), este Passivo Contingente deve ser divulgado, como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Justiça Trabalhista - Todas as entidades (a)	50	-
Justiça Estadual	4	44
Justiça Federal - (Cíveis SESI e SENAI)	11	11
Total	<u>65</u>	<u>55</u>

(a) O processo trabalhista corresponde a ação impetrada por colaborador desligado contra todas as casas, não havendo como individualizarmos os valores requeridos pelo mesmo, tendo em vista que o pedido realizado não foi específico por cada casa, mas compuseram um pedido geral para todas elas.

17. PATRIMÔNIO SOCIAL

O valor de R\$ 59.703.013,26 (cinquenta e nove milhões, setecentos e três mil, treze reais e vinte e seis centavos) representa a situação patrimonial da entidade, posição em 31 de dezembro de 2019, cujo aumento em relação ao exercício anterior em face do superávit apurado foi R\$ 12.162.128,13, como segue demonstrado a seguir:

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais mil)**

	<u>2019</u>
Superávit orçamentário 2019	
(+) Variações patrimoniais ativas	
Resultante de execução orçamentária	11.005
Independente de execução orçamentária	7.061
Variações financeiras	8.353
Subtotal	26.419
(-) Variações patrimoniais passivas	
Resultante de execução orçamentária	(4.188)
Independente de execução orçamentária	(7.546)
Variações financeiras	(2.523)
Subtotal	(14.257)
Total	<u>12.162</u>

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Patrimônio social acumulado	47.541	56.808
Adicionado ao exercício	12.162	(9.267)
Total	<u>59.703</u>	<u>47.541</u>

18. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A execução orçamentária do exercício está demonstrada em conformidade com o disposto na Lei nº 4.320/64 (gestão orçamentária), apresentando os seguintes resultados:

	<u>Dotação</u>	<u>Realização</u>
Receitas correntes	98.790	97.096
Receitas de capital	3.940	3.779
Total	<u>102.730</u>	<u>100.875</u>

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais mil)

	<u>Dotação</u>	<u>Realização</u>
Despesas correntes	84.678	82.934
Despesas de capital	18.052	17.941
Total	<u>102.730</u>	<u>100.875</u>

Ainda, em relação aos valores arrecadados e gastos pela entidade no exercício de 2019, verificou-se a seguinte participação das principais receitas e despesas em relação aos seus totais, de forma comparativa com o exercício anterior.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas		
Contribuições (a)	50.904	49.660
Patrimoniais (b)	788	923
Serviços	19.127	14.702
Outras receitas correntes (c)	6.267	4.630
Subvenções e auxílios regul./regimentais (d)	7.948	7.781
Convênios (e)	1.207	243
Apoios financeiros (f)	10.855	11.653
Receitas de capital (g)	3.779	6.329
Total	<u>100.875</u>	<u>95.921</u>

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Despesas		
Pessoal e encargos sociais	50.924	47.957
Ocupação e utilidades	3.968	3.734
Material de consumo	3.942	2.505
Transportes e viagens	1.460	2.844
Serviços de terceiros	16.782	16.232
Outras despesas correntes	196	166
Despesas financeiras	2.353	2.515
Impostos, taxas e contribuições	55	94
Despesas diversas (h)	1.317	1.331
Contrib./transf. regul./regimentais (i)	1.867	1.710
Convênios	-	500
Auxílios a terceiros	70	36
Despesas de capital	17.941	16.297
Total	<u>100.875</u>	<u>95.921</u>

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais mil)**(a)** Receitas de contribuições: compostas pelas arrecadações direta e indireta.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Contribuição compulsória direta	25.298	23.842
Contribuição compulsória indireta	25.606	25.818
Total	<u>50.904</u>	<u>49.660</u>

(b) Receitas financeiras.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Aluguéis	126	10
Rendimentos de aplicação financeira	662	913
Atualização crédito tributário	-	-
Total	<u>788</u>	<u>923</u>

(c) Outras receitas correntes: correspondem aos valores recebidos a título de recuperação de despesas; indenizações e restituições; receitas financeiras (juros e multa); patrocínios; e “saldo de exercícios anteriores” relacionado à apropriação de parte do saldo financeiro líquido do exercício anterior, tendo em vista a abertura de crédito orçamentário adicional, nos termos da Lei 4.320/64, art. 43, parágrafo I, inciso I. O lançamento é realizado em outras receitas correntes em contrapartida à variação patrimonial passiva, ou seja, sem influenciar no resultado patrimonial. Em 2019, o valor mensurado foi R\$ 3.361.090,98 (três milhões, trezentos e sessenta e um mil, noventa reais, e noventa e oito centavos).

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Recuperação de despesas	1.966	1.888
Receitas financeiras	213	172
Indenizações e restituições	727	139
Saldo de exercícios anteriores	3.361	2.413
Receitas de patrocínios	-	18
Total	<u>6.267</u>	<u>4.630</u>

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais mil)

(d) Subvenções e auxílios regulamentares e regimentais são valores referentes às subvenções especiais, repassadas pelo Departamento Nacional, calculados com base nos valores arrecadados da contribuição compulsória indireta.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Auxílio especial	7.948	7.781
Total	<u>7.948</u>	<u>7.781</u>

(e) Convênios: captação de recursos decorrente de convênios firmados entre entidades do Sistema Indústria e outras entidades (públicas, privadas, sindicatos, etc.).

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Convênio SENAI/MDIC	770	-
Convênio Navipeças	437	-
Convênio SEBRAE	-	243
Total	<u>1.207</u>	<u>243</u>

(f) Apoios financeiros: valores apropriados no resultado relativos aos projetos estratégicos e apoios para eventos; modernização da gestão, bem como valores recebidos do Departamento Nacional a título de incentivo à produção, os quais são destinados a atender a manutenção e ampliação de programas de atendimento à indústria e trabalhadores.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Feiras e eventos	180	180
Modernização da gestão	1.984	3.210
Projetos estratégicos	8.385	8.061
Incentivo à produção	306	202
Total	<u>10.855</u>	<u>11.653</u>

(g) Receitas de capital: constam as receitas de alienação de bens móveis, que são vendidos através de leilão público, bem como as operações de créditos interna e externa, e receita de auxílios extraordinários.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais mil)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Operações de crédito internas (FRF)	-	-
Operações de crédito externas (BNDES)	701	3.437
Alienação de bens móveis	330	346
Auxílios extraordinários	2.748	2.546
Total	<u>3.779</u>	<u>6.329</u>

(h) Despesas diversas.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Arrecadação indireta	896	904
Judiciais, cartoriais e editais	47	12
Multas de trânsito	-	2
Representação e integração	-	2
Jetons	95	91
Provisão de devedores duvidosos	278	319
Pedágio e estacionamento	1	1
Total	<u>1.317</u>	<u>1.331</u>

(i) Contribuições e transferências regulamentares e regimentais.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Contribuição FIEC	817	749
Contribuição IEL	1.050	961
Total	<u>1.867</u>	<u>1.710</u>

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais mil)****19. BALANÇO FINANCEIRO**

Os recursos da Entidade estão demonstrados através do Balanço Financeiro, que obedece ao modelo da Lei nº 4.320/64, evidenciando os valores recebidos, as despesas pagas e as disponibilidades financeiras iniciais e finais, conforme demonstrado:

	<u>2019</u>
Saldo do exercício anterior	16.846
(+) Recursos recebidos	
Receitas orçamentárias	100.876
Receitas extra orçamentárias	6.364
Variações patrimoniais ativas	8.353
Subtotal	132.439
(-) Aplicações de recursos	
Despesas orçamentárias	(100.876)
Despesas extra orçamentárias	(10.969)
Variações patrimoniais passivas	(5.884)
Subtotal	(117.729)
Total	14.710
Déficit do exercício	(2.136)

20. SEGUROS

Os bens da Entidade estão segurados por valores que a Administração considerou suficientes para cobertura dos eventuais riscos. A especificação por modalidade de risco e a importância segurada das principais apólices, de acordo com os corretores de seguros contratados pela "Entidade", está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade do seguro</u>	<u>Vigência</u>	<u>Importância segurada</u>
Bens imóveis (incêndio/raio/explosão)	04/10/2019 ATE 04/10/2020	7.000
Bens imóveis (vendaval/furacão/ciclone/chuva)	04/10/2019 ATE 04/10/2020	1.000

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais mil)**

Modalidade do seguro	Vigência	Importância segurada
Bens imóveis (danos elétricos)	04/10/2019 ATE 04/10/2020	600
Bens imóveis (equipamentos eletrônicos)	04/10/2019 ATE 04/10/2020	300
Bens imóveis (responsabilidade civil)	04/10/2019 ATE 04/10/2020	800
Bens imóveis (desmoronamento)	04/10/2019 ATE 04/10/2020	500
Seguros bens diversos (danos elétricos)	12/04/2019 ATE 12/04/2020	85
Seguros bens diversos (danos de causa externa)	12/04/2019 ATE 12/04/2020	922
Seguros bens diversos (incêndio/raio/explosão/impl.)	12/04/2019 ATE 12/04/2020	922

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Administração da Entidade avaliou possíveis eventos subsequentes à luz das normas vigentes e entende que não existem fatos a serem divulgados que possam ter impacto sobre os demonstrativos contábeis.

Ana Carolina Pereira Dutra Miranda
Gerente de Contabilidade
CRC-CE 019258/O-0

Paulo André de Castro Holanda
Diretor Regional do SENAI DR CE